

# CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PRC/2024/I 30/SE/AD

## Convite à apresentação de proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto para a celebração de contrato de Fornecimento de Fatos Impermeáveis

- I. A sociedade Águas do Centro Litoral, S.A., (abreviadamente designada por AdCL), com sede na ETA da Boavista | Av. Dr. Luís Albuquerque | 3030-410 Coimbra, NIPC: 513606181 telefone +351 239 980 900, fax +351 239 980 949, plataforma eletrónica de Contratação Pública acinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt> convida essa empresa a apresentar proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto adotado para a celebração do contrato de **Fornecimento de Fatos Impermeáveis** conforme respetivo Caderno de Encargos, que se junta em anexo.
2. Informa-se que:
  - a) A decisão de contratar foi tomada por despacho da Administradora Executiva do Conselho de Administração, Dr.<sup>a</sup> Sandra Santos, em 06.01.2025, proferido de acordo com o Manual de Delegação de Competências em vigor;
  - b) A escolha do procedimento de ajuste direto funda-se no disposto na alínea d) do n.º I do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do departamento das Compras e Logística;
  - d) Todas as comunicações entre AdCL e os concorrentes serão realizadas através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública ACINGOV, através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite;
  - e) No **ANEXO D** encontra-se o *Manual para Apresentação de Proposta e Documentos através de Link Recebido por Email*.
3. O prazo para a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e para a pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelo interessado é o termo do segundo terço do prazo para apresentação da proposta.

4. Local e Objeto do Contrato:

- a. O fornecimento dos bens será efetuado para os seguintes locais, de acordo com as quantidades preconizadas no Anexo II do presente Caderno de Encargos:
  - Pólo Ria: ETAR de Cacia: Rua do Passal | 3800-530 Cacia;  
Coordenadas GPS: 40°41'22.83" N 8°35'42.53" W
  - Polo Mondego: ETA da Boavista, sito em Avenida Dr. Luís Albuquerque, 3030-410, Coimbra  
Coordenadas: N: 40°11'19.39"; W: 8°25'16.08"
  - Polo Lis: ETAR de Olhalvas, sito na Avenida da Comunidade Europeia, 2410-099, Leiria  
Coordenadas: N: 39°44'17.52"; W: 8°47'38.54"
- b. O contrato a celebrar consiste no fornecimento, pelo adjudicatário, de Fatos Impermeáveis de acordo com o Caderno de Encargos.

5. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO A** do presente Convite;
- b) Declaração de proposta de preço global em conformidade com o modelo do **ANEXO B** do presente Convite;

6. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

7. A proposta deve ser apresentada até às 18h00m00s do dia **10.02.2025** através do [link](mailto:propostas@acingov.pt) recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite.

8. É de 90 dias, o prazo da obrigação de manutenção da proposta.

9. A proposta não será objeto de negociação.

10. O contrato não será reduzido a escrito, atendendo ao disposto na alínea a) do n.º I do artigo 95.º do CCP.

11. Os serviços da entidade adjudicante elaborarão um projeto de decisão de adjudicação fundamentado, que submeterá ao competente órgão para a decisão de contratar.

12. No projeto mencionado no número anterior, os serviços da entidade adjudicante fundamentarão as razões por que propõe a exclusão da proposta, se for o caso.

13. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.

14. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) O concorrente não apresente a proposta;
- b) A proposta apresentada tenha sido excluída;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação da proposta;
- d) Por verificação de circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, designadamente por emissão de orientações às empresas públicas ou recusa de aprovação do plano de atividades e orçamento nos termos previstos nos artigos 24.º e 39.º, n.º 3. do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como por recusa de financiamento.

15. Não é exigida a prestação de caução ao adjudicatário.

16. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve enviar através do link recebido de [propostas@acingov.pt](mailto:propostas@acingov.pt) aquando da formulação do convite:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, (conforme **ANEXO C** à presente peça procedimental);
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;

No mesmo prazo e pela mesma forma referidos no número anterior, o adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:

- e) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores de acordo com a minuta disponível no link [www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores](http://www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores).  
O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link;

17. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo

55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

18. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

19. No entanto, nos termos e para os devidos efeitos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP, dentro do prazo de entrega dos documentos de habilitação, o adjudicatário pode requerer, por uma única vez, a prorrogação do prazo de entrega dos mesmos, devendo o órgão competente concedê-lo num prazo máximo de 5 dias.

20. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no ponto 16 do presente Convite, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

21. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

22. Os dados pessoais, que eventualmente constem da proposta e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

23. Com a entrega da proposta, o concorrente assume a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.

24. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.

- 25.A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
- 26.Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.adcl@adp.pt](mailto:dpo.adcl@adp.pt) ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.

**Junta:** caderno de encargos.

## ANEXO A

### MODELO DE DECLARAÇÃO DO CONCORRENTE

(cfr Alínea a) do ponto 5)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência do procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA continuação  
Ajuste Direto  
PRC/2024/I30/SE/AD

---

- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO B**  
**MODELO DE PROPOSTA**  
(cfr Alínea b) do ponto 5)

*[Identificação do representante legal do concorrente]*, na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do Ajuste Direto “**PRC/2024/I30/SE/AD - Fornecimento de Fatos Impermeáveis**”, a que se refere o convite datado de *[data do envio]*, vem apresentar proposta, obrigando-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelo preço global de €\_\_\_\_\_ *[indicar preço por algarismos e por extenso]*, que não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado e pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Local e data,

---

(assinaturas)



## **ANEXO C**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**

(cfr. Alínea a) do ponto I6 do Convite)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO D**  
**MANUAL PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E DOCUMENTOS ATRAVÉS DE LINK**  
**RECEBIDO POR EMAIL**

(cfr. Alínea e) ponto 2 do Convite)

De acordo com o ficheiro denominado por “*acinGov I Manual Tramitação Simplificada-V5.pdf*”